



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a)

---

b)

---

### **Proposta de Decreto Legislativo Regional**

#### *Medidas Cautelares de preservação e salvaguarda do património natural e cultural das Fajãs da Ilha de São Jorge*

As fajãs da ilha de S. Jorge constituem um modelo único de ocupação do espaço do qual resulta uma paisagem de Brande especificidade e beleza.

A geomorfologia das fajãs condiciona os locais disponíveis para construção e dificulta em extremo o transporte de materiais, pelo que as edificações tiveram em geral que se conformar à estrutura do terreno e aos materiais disponíveis localmente. Dai resultou uma forma típica de povoamento, associando socalcos ao aproveitamento de todas as superfícies planas disponíveis, e um tipo de arquitectura de grande sobriedade e funcionalidade que contribuem de forma decisiva para o tipicismo das fajãs

A sismicidade da ilha, associada à instabilidade das falésias ao longo das quais as fajãs se anicham, e ainda à configuração dessa zona costeira, torna o seu povoamento particularmente vulnerável às derrocadas. Dai que o povoamento das fajãs esteja sujeito a marcados ciclos desencadeados pelos fenómenos sísmicos, dos quais a própria existência das fajãs em boa parte depende. Na realidade, a configuração actual das fajãs de S. Jorge deve-se em grande parte ao "Mandado de Deus", nome pelo qual ficou conhecido o grande terramoto de 9 de Julho de 1757, que alterou toda a topografia da costa sul de E.; Jorge, provocando mais de um milhar de mortos e soterrando praticamente todas as povoações então aí existentes. Novamente em 1 de Janeiro de 1980, Um sismo de grande intensidade levou ao abandono de boa parte das fajãs, destruindo a maioria das construções e provocando o abandono de grande parte dos terrenos de cultura então existentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a)

---

b)

---

Por outro lado, a costa de S. Jorge, onde se inserem as fajãs, apesar de ser um território profundamente humanizado, pouco restando do seu coberto vegetal natural, mantém algumas áreas de especial interesse ambiental, nomeadamente os sítios de interesse comunitário para a conservação da natureza designados por PTJOR0013 e PTJOR0014, constantes da **Resolução n.º 30/98, de 5 de Fevereiro**. Na área agora objecto de medidas cautelares situa-se também, a zona de protecção especial avifauna ZP1528, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/91, de 14 de Fevereiro. Acresce que nas fajãs dos Cubres e da Caldeira de St. Cristo existem ecossistemas lagunares de particular interesse para a conservação da avifauna e de algumas espécies vegetais. Na laguna desta última fajã existe a única população de amêijoa comercialmente explorável nos Açores, tendo a mesma sido já objecto de medidas de protecção, instituídas através do Decreto Legislativo Regional n.º 14/84/A, de 21 de Fevereiro, que criou a Reserva Natural Parcial da Caldeira de St. Cristo, e do Decreto Legislativo Regional n.º 6/89/A, de 18 de Julho, que criou a Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de St. Cristo e lançou as bases de regulamentação da apanha e comercialização da amêijoa.

Após quase duas décadas de relativo abandono, resultado do sismo de 1 de Janeiro de 1980, há uma crescente tendência para a revitalização do povoamento das fajãs, resultado da melhoria generalizada da acessibilidade entretanto verificada, sendo cada vez mais comum a construção de segundas habitações e de outras estruturas o que torna urgente a tomada de medidas de protecção daquela passagem cultural.

Assim,

Considerando a necessidade da adopção de providencias tendentes a salvaguardar a harmonia entre o património natural e o património cultural no contexto de uma paisagem cultural de grande especificidade;

Considerando o inestimável valor e potencial turístico da paisagem das fajãs da ilha de São Jorge e fragilidade do seu equilíbrio paisagístico,

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

Considerando que pela sua localização as fajãs constituem no seu conjunto uma marca importante na paisagem global da ilha de São Jorge e dos Açores;

Considerando as alterações prejudiciais a paisagem que se tem vindo a verificar nos últimos anos, por via de novas construções completamente desenquadradas da arquitectura tradicional;

Considerando a necessidade de na revitalização das fajãs de S. Jorge serem tidos em conta, para além dos aspectos arquitectónicos e de equilíbrio paisagístico aspectos de protecção civil que apenas podem ser salvaguardados mediante um correcto Plano de Ordenamento de Orla Costeira;

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

## **Capítulo I**

### **Objecto e Âmbito**

#### **Artigo 1º**

##### *Objecto*

Pelo presente diploma são estabelecidas medidas cautelares para a preservação e salvaguarda do património natural e cultural das fajãs da ilha de S. Jorge.

#### **Artigo 2º**

##### *Âmbito*

1. Para os fins do presente diploma entende-se por fajã toda a área de terreno

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

relativamente plana, susceptível de albergar construções ou culturas, anichada na falésia costeira entre a linha da preia-mar e a cota dos 250 m de altitude.

2. As medidas cautelares estabelecidas pelo presente diploma aplicam-se às fajãs situadas na costa norte da ilha de São Jorge entre a Ponta dos Rosais e a Ponta do Topo, e às fajãs situadas na costa sul daquela Ilha entre a Ponta do Topo e a Ponta da Forcada na freguesia da Ribeira Seca.

### **Artigo 3º**

#### *Zonas de protecção*

Considera-se como o zona de protecção as fajãs, as falésias costeiras circundantes, desde o limite inferior da zona intertidal ate ao seu rebordo superior,

## **Capítulo II**

Medidas de protecção, planeamento e ordenamento do território

### **Artigo 4º**

#### *Medidas de salvaguarda*

1. Nas fajãs abrangidas pelo presente diploma não é permitida:

- a) A construção, reconstrução ou ampliação de quaisquer edificações ou outras infra estruturas;
- b) A exploração de inertes e a realização de quaisquer acções que alterem a topografia das fajãs e suas zonas de protecção;
- c) Alterações por meio de aterros ou escavações à configuração geral do terreno;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a)

---

b)

---

d) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com excepção dos amanhos e granjeios tradicionais;

e) A abertura de novas vias de comunicação ou alteração das existentes, nomeadamente por correcção ou pavimentação;

f) A passagem, de linhas eléctricas ou telefónicas;

g) A abertura de fossas;

h) Quaisquer outras actividades ou trabalhos que afectem a integridade e/ou características da área delimitada.

2. As acções descritas nas alíneas a), e), f) e g) podem ser licenciadas mediante parecer favorável da Secretaria Regional do Ambiente.

3. O parecer referido no número anterior é vinculativo para a entidade licenciadora.

4. A título excepcional, devidamente fundamentado, nomeadamente quando esteja em causa a necessidade de implementar medidas de gestão ambiental, pode o Secretário Regional do Ambiente autorizar a prática das actividades ou dos actos referidos nas alíneas b), e), d) e h) do n.º 1, ouvida a Câmara municipal respectiva.

5. As autorizações a que se referem os números anteriores, deverão considerar aspectos de ambiência e integração paisagística, a qualidade ambiental e a valorização dos recursos naturais do meio.

### **Artigo 5º**

#### **Planos de Ordenamento da Orla Costeira**

As fajãs abrangidas pelo presente diploma deverão ser dotadas de Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge, definido na respectiva legislação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a)

---

b)

---

### Capítulo III

#### Áreas de grande vulnerabilidade ambiental

#### **Artigo 6º**

##### *Áreas sensíveis*

Para efeitos do presente diploma são consideradas como áreas de particular vulnerabilidade e sensibilidade ambiental as seguintes:

- a) A Lagoa da Fajã da Caldeira do St. Cristo e uma faixa circundante de 30 m de largura medidos desde a linha de preia-mar ao longo das margens da referida lagoa;
- b) A Lagoa da Fajã dos Cubres e uma faixa circundante de 30 m de largura medidos desde a linha de preia-mar ao longo das margens da referida lagoa.

#### **Artigo 7º**

##### *Medidas específicas de protecção*

No interior das zonas definidas no artigo anterior é proibido:

- a) O abandono ou depósito de quaisquer resíduos;
- b) A realização de quaisquer trabalhos de construção civil incluindo a edificação de muros ou tapumes;
- c) As movimentações de solo, a extracção de inertes, as dragagens ou quaisquer outras operações que alterem a topografia dos terrenos ou dos fundos' excepto quando as mesmas se integrem em medidas de gestão ambiental autorizadas pelo Secretário Regional do Ambiente;
- d) A introdução de quaisquer espécies animais ou vegetais, excepto em operações de repovoamento autorizadas pelo Secretário Regional do Ambiente;

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

- e) A apanha ou remoção de qualquer espécie vegetal excepto quando o mesma seja parte de medidas de gestão ambiental autorizadas pelo Secretário Regional do Ambiente;
- f) A pesca, a caça, a apanha ou a remoção de quaisquer animais, excepto quando seja parte de medidas de gestão ambiental autorizadas pelo Secretário Regional do Ambiente, ou a apanha de amêijoas e esta apenas quando se faça no respeito pelos normativos em vigor;
- g) O campismo e a realização de quaisquer actividades que possam perturbar a avifauna ou danificar a vegetação.

## Capítulo IV

### Fiscalização e coimas

#### Artigo 8º

##### *Fiscalização*

Sem prejuízo da competência legalmente atribuída a outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal respectiva, é competente para fiscalizar o cumprimento do estabelecido no presente diploma, e elaborar os autos que se mostrem necessários, os serviços da Secretaria Regional do Ambiente.

#### Artigo 9º

##### *Coimas*

1. A violação do disposto nos artigos 4.º e 7.º constitui contra-ordenação punível por coima de 500 000\$00 a 5 000 000\$00.

- a) Departamento Governamental  
b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

2. A negligência e a tentativa são puníveis.

3. A competência para aplicação das coimas é do Secretário Regional do Ambiente.

4. O Secretário Regional do Ambiente poderá proceder ao embargo administrativo de qualquer intervenção **que não** respeite o disposto no presente diploma, notificando de tal decisão o autor e a Câmara Municipal respectiva.

5 Quando exista grave prejuízo para o património construído ou para o ambiente, poderá a administração regional, quando o proprietário depois de notificado o não faça no prazo máximo de 30 dias, substituir-se a este na correcção de quaisquer intervenções ou na sua conclusão, exigindo-lhe o ressarcimento pelas despesas efectuadas.

6. A cobrança das coimas e das quantias previstas no número anterior, quando não voluntariamente satisfeita no prazo de 30 dias após a notificação, é feita por execução fiscal, nos termos da lei.

7. As quantias cobradas na receita da Região Autónoma dos Açores

## Capítulo V

### Disposições transitórias e finais

#### Artigo 10º

##### *Prazo de validade*

As medidas constantes do presente diploma vigorarão pelo prazo de dois anos, prorrogável por mais um ano, durante o qual o Governo Regional aprovará o Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
GOVERNO REGIONAL

a) \_\_\_\_\_

b) \_\_\_\_\_

**Artigo 11º**

*Entrada em vigor*

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Horta, 12 de Maio de 2000.

**O Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos Manuel Martins do Vale César**